

**A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO EFETIVO NA
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

**THE PATRIMONIAL EDUCATION AS AN EFFECTIVE TOOL IN THE
PRESERVATION OF CULTURAL HERITAGE**

Marcia Maria Dropa

Rita de Cassia da Silva Oliveira

Luiz Fernando de Souza

Larissa Mongruel Martins Lara

RESUMO: Necessário se faz problematizar o campo da Educação Patrimonial, apontando os avanços das políticas públicas no processo de sensibilização da comunidade acerca da importância da preservação de seus referenciais culturais. Dessa maneira, presente artigo tem por objetivo principal apresentar considerações sobre o patrimônio cultural e os principais marcos relativos ao processo de evolução da educação patrimonial. No desenvolvimento do artigo situa-se a questão da patrimonialização no Brasil e os principais instrumentos de gestão do processo educativo a partir das políticas públicas desenvolvidas pelo CEDUC – Centro de Educação Patrimonial órgão do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A ampliação do campo do patrimônio referenciando também o modo de expressar a cultura de diferentes grupos sociais, devem estar presentes nas ações de preservação e são carregados de signos e simbologias, propiciando uma abordagem educativa mais ampla em função da dinamicidade da cultura.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Patrimônio Cultural; Políticas Públicas.

ABSTRACT: It is necessary to problematize the field of heritage education, pointing out the advances of the public policies in the awareness process from the community about the importance of preserving their cultural references. Thus, this article has as a main intention to present considerations about the cultural heritage and the main points for the development of heritage education process. In the development of the article is the question of patrimony in Brazil and the main management tools of the educational process from the public policies developed by CEDUC - Heritage Education Center a section from IPHAN - Institute of Historical and Artistic Heritage. The expansion of the field from the referenced heritage and also the way to express the culture of different social groups should be present in the preservation actions and are full of signs and symbols, providing a wider educational approach depending on the culture of dynamism.

Keywords: Heritage Education; Cultural Heritage; Public Policies.

1. INTRODUÇÃO

A ideia de construção e preservação da memória nacional ganhou força, a partir da República, com a tentativa da criação de órgãos com objetivos específicos de proteção do Patrimônio Histórico. O surgimento do Serviço do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, efetivou-se em 1937 respaldado pelo Decreto Lei nº 25/37, e era uma instituição subordinada ao então Ministério da Educação e Saúde Pública, tendo a frente Gustavo Capanema, o qual convidou Rodrigo Melo Franco de Andrade, um intelectual mineiro associado aos modernistas, para dirigir o órgão recém-criado.

O Decreto-lei n.º 25 de 30 de novembro de 1937 nascido no meio e em contradições com um autoritarismo de Estado (Estado Novo), desenvolveu “uma concepção de patrimônio histórico, mesclada de rebeldia modernista, que acabou por cristalizar os elementos do nacionalismo autoritário com as intenções modernistas, na tentativa e com o objetivo de recuperar o passado para alcançar uma definição de identidade nacional” (FENELON, 1992, p. 29).

Boa parte dessa lei se dedicou a esclarecer os mecanismos jurídicos da forma de proteção que foi adotada, disciplinando o tombamento de bens que constituem o patrimônio histórico e artístico nacional.

No Decreto, o patrimônio é conceituado de maneira genérica, como apresentado no Capítulo I, no seu art. 1º,

Constitui o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja a conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

A palavra “bens”, nessa ótica, terá um valor econômico muito forte, e é ela que vai designar assim os objetos que merecem a proteção oficial, sendo significativo o número de tombamentos de patrimônios edificados, como Igrejas, Palacetes, Sobrados, Antigos Engenhos, Fazendas, Panteões, Escolas, Teatros, Pontes, Estações Ferroviárias, Prédios Públicos, entre outros. Muitos desses ‘bens’ foram restaurados, conservados e abertos a visitação pública, e em sua grande maioria são “símbolos do passado da Nação” (FENELON, 1992, p.30).

Sendo assim, a ação do SPHAN consagrou por muito tempo os documentos da história da arquitetura brasileira, “era nesta que buscava justificativas para o reconhecimento oficial dos bens e era por meio desta que sua ação se aproximava da História Nacional”. (RODRIGUES, 1996, p.196). Convém destacar também a presença significativa de técnicos voltados à área de Arquitetura e Engenharia. A

inserção do historiador, do geógrafo, do turismólogo e do pedagogo é bastante recente nos organismos oficiais que atuam no campo da preservação.

A política preservacionista do Decreto 25/37, além de possuir um caráter ideológico de construção da identidade nacional, valorizando aspectos formais das obras de “arte”, dos documentos ou ainda das edificações, não referenciava as relações sociais que tornaram possíveis o surgimento dos bens. Nesse cenário é importante o papel do historiador, de não sacralizar o objeto tombado somente por seu valor arquitetônico e estético, mas, principalmente, descobrir neles toda a gama de relações históricas que permitiram sua origem e sua contextualização de uma maneira lógica dentro do quadro social (urbano ou rural). Por sua vez o pedagogo e professor de todos os níveis precisam se apropriar desta cultura patrimonial e trabalhar em sala de aula, como elemento socializador de pertencimento, o geógrafo buscar entender a ocupação dos espaços e o turismólogo produzir planos diretores que visem a utilização dos espaços patrimoniais como atrativo turístico, respeitando os princípios da valorização da cultura da comunidade.

Duas correntes se destacaram no SPHAN. A primeira ligada a Rodrigo Melo Franco de Andrade, hegemônica até a segunda metade da década de 1970; e a segunda, ligada a Aloísio Magalhães e ao desenvolvimento de uma renovação ideológica e institucional da política de preservação do patrimônio cultural, que vem se desenvolvendo desde 1979.

Na teoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, a realização de proteção e preservação do ‘patrimônio histórico e artístico’ é realizada como uma maneira para educar a população com o objetivo de conseguir a unidade e permanência da nação. “Só do convívio com os monumentos e com a sua história poderá nascer a estima sincera que eles devem inspirar. Esse sentimento será como o de apego às pessoas e às coisas familiares” (GONÇALVES, 1996, p.47).

Já de acordo com Aloísio Magalhães, a política de patrimônio cultural no Brasil sofre profundas transformações. Para ele, “o tempo cultural não é cronológico. Coisas do passado podem, de repente, tornar-se altamente significativas para o presente e estimulantes do futuro, os bens patrimoniais, fazem parte de uma categoria mais ampla: os bens culturais” (Ibid., p. 51).

Os bens culturais passaram a ser destacados, não somente pelo caráter excepcional, mas como integrantes da vida cotidiana e como formas de expressão de diferentes grupos sociais, não obstante tenha havido um número de tombamentos muito grande, ligado ao patrimônio edificado. Afirma Walter Benjamin, “pois qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?” (1994, p. 115).

Paulatinamente, vem observando-se que a política cultural, a qual se refere a constituição e defesa do patrimônio, amplia sua tarefa no sentido de resgatar não somente à objetos ‘autênticos’ de uma sociedade, mas principalmente os que são culturalmente representativos da comunidade (CANCLINI, 1994).

Por sua vez, a Constituição de 1988, aprofundou a relação de temas polêmicos, endossando a intervenção na propriedade privada como uma necessidade para ordenar a preservação. Outra questão relevante foi a que definiu claramente os bens culturais, afirmando que os mesmos existem independentes da vontade da lei, do administrador e do tombamento, basta que a comunidade os descubra, proteja e os preserve por meio de diferentes mecanismos.

A partir de 2000 a noção de Patrimônio se ampliou com a publicação do Decreto nº 3.551, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, onde criou-se o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial¹. São eles que discutem e implementam as políticas públicas para o reconhecimento, a valorização e o apoio de preservação sustentável aos designados bens de natureza imaterial, (ofícios, modos de fazer tradicionais, formas de expressão (musicais, coreográficas, literárias, cênicas e lúdicas), locais onde acontecem e se reproduzem práticas culturais e celebrações coletivas, são inventariados, registrados e proposto ações de salvaguarda)².

¹ Em função do patrimônio imaterial não ser estático, podendo evoluir, bem como desaparecer, ele não é tombado, mas sim registrado como Patrimônio Cultural do Brasil. O registro deve ser avaliado a cada 10 anos. (OLIVEIRA, 2011)

² A proteção legal do Patrimônio Imaterial no Brasil, pautou-se no artigo 2º da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial ocorrida em Paris, em 2003, onde a expressão designa “(...) as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhe são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. O patrimônio imaterial é passado de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades, gerando um sentimento de identidade e continuidade (CURY, 2004, p. 373).

Mas recentemente a proteção de bens culturais cresceu, considerando também o conceito de paisagem cultural, que foi regulamentada pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - por meio da Portaria 127 de 2009. Considera-se paisagem cultural uma porção peculiar do território que demonstre a interação entre o homem e o meio natural, onde existem marcas e valores das relações humanas³. A seguir pode ser observado no Quadro 1, as diferentes fases da patrimonialização no Brasil, de 1937 (implantação do SPHAN), com a valorização dos bens culturais materiais isolados (tombamento de igrejas, palácios, casas de câmara e cadeia, placas comemorativas, entre outros). Posteriormente a preocupação com os conjuntos urbanos e, uma parceria com a EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo, (criada em 1966), visando a divulgação e a promoção dos lugares históricos com potenciais para o desenvolvimento do turismo. Na terceira configuração já aparece a denominação de Educação Patrimonial, mas ainda com um discurso de promoção e da introdução de uma metodologia proposta por um Guia a ser seguido, e por fim, a ampliação do campo patrimonial com a introdução dos registros de saberes e fazeres, caracterizados pela intangibilidade.

QUADRO 1: Patrimonialização do Patrimônio no Brasil

FASE / PERÍODO	DENOMINAÇÃO	AÇÕES
Primeira Configuração (1937 – 1968)	Fase Heróica Monumentos Pedra e Cal	Modernistas / Ante-Projeto de Mári de Andrade Criação do SPHAN Decreto Lei 25/1937 Salvuarda de bens isolados – fatos memoráveis a História do Brasil
Segunda Configuração (1969 – 1979)	Conjunto Urbanos e Turismo	Denominação IPHAN Conjunto Bens Culturais Centros Históricos Turismo Cultural

³ A paisagem cultural também não é protegida pelo tombamento, e sim pela Chancela de Paisagem Cultural Brasileira (OLIVEIRA, 2011).

Terceira Configuração (1979 – 2002)	Bens Culturais Educação Patrimonial - Guias	Bem Cultural – Múltiplas manifestações culturais Ampliação do conceito Patrimônio Cultural Diversidade Cultural – Diferentes grupos formadores da sociedade brasileira
Quarta Configuração	Imaterialidade e Educação Patrimonial	O Patrimônio Cultural – Educação Formal e Não Formal Registro de Saberes, Celebrações, Formas de Expressões e Lugares

Fonte: Delgado (2008).

Não se pode negar, porém, que, mesmo com a tentativa de mudança em relação àquilo que se constitui Patrimônio Cultural, as ações ainda estão permeadas por uma visão estratificada. As situações de valorização excessiva, sobre o bem material edificado em detrimento à cultura e saber popular, somente mudam, quando as práticas de preservação, incluïrem em todas as suas fases a Educação Patrimonial, seja por meio de inventários educativos, registros didáticos, narração de histórias vividas no referido patrimônio e apropriação pela comunidade de seu valor cultural, mas de uso diversificado. Desta maneira, também a atividade turística passa a ser um instrumento de valorização.

A partir dessas considerações preliminares evidencia-se o alargamento gradativo da noção de Patrimônio Cultural, pelas ações do IPHAN, bem como pela Constituição de 1988. Assim, o conceito que baliza este trabalho tem o suporte na tangibilidade e intangibilidade dos bens culturais, entendido como toda a ação humana na prática da convivência em sociedade, onde principalmente, não há necessidade pura e simples de um reconhecimento oficial por meio do tombamento para que determinado bem e/ou produção torne-se patrimônio. O patrimônio deve existir e ser referenciado como tal pela própria comunidade onde está inserido, a partir da atribuição de valores.

Falar em Patrimônio Cultural é falar de valores. Destaca Meneses (1992, p.189), porém, que “é preciso, pois, sublinhar que os valores são sempre atribuídos, daí serem historicamente marcados”. Para isso, designam-se quatro categorias de valores, que podem operar na definição do significado cultural do bem: valores

cognitivos (associados ao conhecimento), valores formais (funções estéticas), valores afetivos (relações subjetivas), valores pragmáticos (de uso). É a partir do conceito que o Patrimônio Cultural deve ser analisado e protegido por meio do reconhecimento dos valores característicos de cada um, que será apresentado a Educação Patrimonial.

2. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

2.1. Os Avanços da Educação Patrimonial

No momento em que Mário de Andrade elaborou o anteprojeto para a criação daquele que seria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN⁴ - destacou a importância do caráter pedagógico que os museus e as imagens possuíam, sendo que o mesmo possuía uma seção específica acerca desses locais. Essa seção ficaria responsável por organizar todos os museus nacionais vinculados ao SPHAN, bem como articular-se com os museus regionais e municipais que, segundo ele, deveriam ser ecléticos, com peças variadas e selecionadas pela sua representatividade junto a comunidade local. Ainda destaca que existe uma lacuna no sistema educacional nacional que não se preocupa como deveria com a educação pela imagem, que podia ser muito “percuciente”, no ato de ensinar⁵.

De acordo com Chagas, o sentido de museu para Mário de Andrade “está na compreensão desses espaços como agência educativa, como veículos de

⁴ O Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional SPHAN, criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, tornou-se Diretoria em 1946 (DPHAN); em 1970, assume a denominação de Instituto (IPHAN) e, em 1979, de secretaria (novamente SPHAN). Em 1981, passa a Subsecretaria, mantendo a sigla SPHAN. Finalmente, em 1994, readquire a designação de Instituto e recebe a nomenclatura de IPHAN. Apontada esta cronologia, durante o artigo será utilizada a sigla IPHAN. (FLORENCIO et al., 2014).

⁵ Os livros didáticos são horrorosamente ilustrados; os gráficos, mapas, pinturas das paredes das aulas são pobres, pavorosos e melancolicamente pouco incisivos; o teatro não existe no sistema escolar; o cinema está em três artigos duma lei, sem nenhuma ou quase sem nenhuma aplicação. Aproveitei a ocasião para lembrar dum desses museus técnicos, que já estão se espalhando regularmente no mundo verdadeiramente em progresso cultural. Chamam-se hoje mais ou menos universalmente, assim os museus que expõem os progressos de construção e execução das grandes indústrias, e as partes de que são feitas, as máquinas inventadas pelo homem. *São museus de caráter essencialmente pedagógicos.* (ANDRADE, [1936] 2002, P.279).

participação da coletividade e como área de convergência de esforços da sociedade civil e dos governos” (2006, p.98).

Apesar dos ideais de Mário de Andrade terem sido muitas vezes escamoteadas sob a égide da constituição de um Estado Nacional, pautado na dinâmica das relações sociais de uma elite constituída no Brasil, pode-se afirmar que no período de 1937-1967, sob o comando de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, as iniciativas educativas do IPHAN se caracterizaram por aberturas de museus, incentivo de exposições, visitas a monumentos, tombamentos e divulgação jornalística, evidenciando a importância dos acervos referenciados pelo órgão. São ações que se direcionam para o público como um todo, restrito às capitais e algumas cidades de médio porte no interior, mas nada em específico para as escolas, mesmo o presidente assegurando na época que o único meio de assegurar a permanência do patrimônio de arte e da história do Brasil é o da educação popular.

A preocupação era que a comunidade se apropriasse do patrimônio nacional, garantindo a eficácia do discurso de que ele é nosso. Para isso, empreendeu-se campanhas de informação e publicações sobre o valor patrimonial que, apesar de relativo esforço, apresentou-se aquém das expectativas, uma vez que a população permaneceu indiferente à causa, devido ao fato das publicações serem extremamente técnicas.

A partir dos meados da década de 1970, com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC⁶, por iniciativa de Aloísio Magalhães, a questão da apropriação do Patrimônio Histórico pela comunidade passou a ser apresentada de maneira consistente, sendo o lema desse discurso “a comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio” (FONSECA, 1997, p. 185).

O Conselho Nacional de Referência Cultural – CNRC, preocupado com a possibilidade de esmagamento dos valores culturais brasileiros, diante ao acelerado processo de crescimento econômico, de industrialização e de expansão de diversidade dos meios de comunicação de massa, discutia a necessidade de coletar informações para subsidiar o planejamento de ações voltadas a cultura brasileira.

⁶ O Conselho Nacional de Referência Cultural se transforma na Fundação Nacional Pró-Memória – FNpM - em 1980.

Em termos amplos, sua proposta se orientava para a atualização da discussão sobre os sentidos da preservação e convergia para a ampliação da concepção de patrimônio para abranger questões como a necessidade de promover modelos de desenvolvimento econômico autônomos, a valorização da diversidade regional e os riscos da homogeneização e perda da identidade. (...) Assim, buscavam-se formas de aproximação com o ponto de vista dos sujeitos diretamente envolvidos na dinâmica da produção, da circulação e do consumo de bens culturais, reconhecendo-lhes o estatuto de legítimos detentores não apenas de um “saber-fazer”, como também o destino de sua própria cultura (FLORENCIO, 2014, p. 7).

As propostas do CNRC não atuaram de forma direta na área da educação, e a educação patrimonial não teve o destaque necessário, mas representou o início de um diálogo mais efetivo entre processos educacionais e a preservação patrimonial, principalmente com o trabalho realizado pelo Projeto Interação⁷ entre 1982 e 1986, desenvolvido pela Secretaria de Cultura do Ministério de Educação e Cultura. Nas Diretrizes para Operacionalização da Política Cultural do MEC, em sua linha programática denominada “Interação entre educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no País”, buscava-se desenvolver uma série de ações que proporcionasse meios da comunidade participar do processo educacional, de modo que a aprendizagem dos conteúdos culturais se fizesse a partir dos valores da comunidade. Dessa forma entende-se que: “o processo educacional é mais amplo do que a escolarização; que a escola não é o único agente do processo educacional e que as manifestações culturais compreendem todo o universo de atividades representativas da vida social e econômica da comunidade” (BRANDÃO, 1996, p. 293-294).

Este projeto discutiu no Brasil pela primeira vez a produção de alternativas pedagógicas, métodos e materiais didáticos com conteúdo pautados nas referências culturais. Ele reconheceu as manifestações e diferenças culturais, defendeu uma metodologia participativa e de acompanhamento técnico das experiências educacionais desenvolvidas, e propôs um trabalho em conjunto com secretarias municipais, estaduais e universidades, além de associações e grupos amadores de teatro, música, entre outros. O projeto propunha a utilização das artes, dos monumentos e locais históricos, dos museus, das praças e dos locais de

⁷ O Projeto Interação, contou com a participação de órgãos vinculados à cultura – EMBRAFILME, FUNARTE, Instituto Nacional de Artes Cênicas – INACEN, Instituto Nacional do Livro – INL e Fundação Nacional Pró-Memória.

manifestações culturais populares como instrumentos potencializadores da aprendizagem.

Somado a isso, para a escola “freiriana” de educação, um dos pontos fundamentais nessas discussões é o conceito antropológico de cultura. Em suas experiências, Freire observou que este tema é indispensável em qualquer contexto. O argumento é de que, ao discutir sobre o mundo da cultura e seus elementos, os indivíduos vão desnudando a sua realidade e se descobrindo nela. A cultura material torna-se elemento do processo de “alfabetização cultural” empreendido por Freire, assim como uma concepção de cultura que inclui as manifestações eruditas e populares (SILVEIRA, BEZERRA, 2007, p. 82).

Concomitantemente ao projeto Interação, ocorreu no Museu Imperial de Petrópolis – RJ, em 1983, o Primeiro Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, que introduziu no Brasil a expressão Educação Patrimonial, baseada na metodologia e na experiência em museus trazidas da Inglaterra “*heritage education*”. Buscava-se o uso de monumentos e construções históricas para finalidades educacionais. Em 1996 foi lançado o Guia Básico de Educação Patrimonial, definido pelas autoras⁸ como uma proposta metodológica para desenvolver ações educacionais pautadas na apropriação dos bens culturais (museus, monumentos e fenômenos culturais).

A Educação Patrimonial é definida por Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p.6), como um “processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual, (...) levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural”. Para que os bens sejam preservados e se caracterizem como patrimônio pela comunidade, existe a necessidade de conhecimento e apropriação, uma vez que são esses os meios necessários no entendimento de preservação sustentável, que constrói e fortalece sentimentos de cidadania, participação consciente e identidade. As autoras defendem inclusive a ideia de que a Educação Patrimonial é um mecanismo de “alfabetização cultural”, onde cada indivíduo reconhece o seu meio e valoriza o mundo que o rodeia, compreendendo a trajetória sociocultural do local que o abriga.

⁸ Maria de Lourdes Parreiras Horta; Evelina Grunberg e Ariane Queiroz Monteiro.

Tudo isso valoriza a cultura e reforça a auto estima de pertencimento a um grupo social.

A metodologia da Educação Patrimonial proposta não se restringe somente a bens materiais, como também aos imateriais que até esse momento não eram estudados e nem discutidos junto ao IPHAN ou então as Coordenadorias Estaduais. O público alvo sem dúvida são os professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem na educação escolar. Por outro lado, muitas ações realizadas apontaram experiências ocorridas em comunidades e fora do âmbito dos museus ou então dos monumentos consagrados pelo tombamento.

A publicação do Guia de Educação Patrimonial foi importante e pioneira na área e seu conteúdo pautou a formatação teórica e prática de muitos cursos de capacitação para professores e técnicos das superintendências do IPHAN⁹, sendo que como era o único material disponível para embasar as ações educativas voltadas a utilização do patrimônio cultural, em 2007 o IPHAN publicou o Manual de atividades práticas de Educação Patrimonial, com o objetivo de mostrar diferentes atividades que poderiam ser desenvolvidas com diferentes públicos, para provocar ações positivas no processo de preservação, pois o Manual afirma Grunberg,

[...] busca desenvolver a percepção e o espírito crítico, através de uma metodologia específica de trabalho, propiciando experiências e contato direto com as manifestações culturais, sejam bens materiais como edifícios, praças, mercados, jardins, fotografias, documentos, esculturas, quadros, instrumentos de trabalho, etc. ou bens imateriais como músicas, danças, festas religiosas ou populares, comidas, rituais, hábitos e costumes, formas de fazer, saberes e dizeres populares, etc. (2007).

Em 2007 o IPHAN, publicou o Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial e é possível identificar nele um avanço prático nas questões da Educação Patrimonial a partir da afirmação de que a mesma se configura em um sistema constante de trabalho educativo onde o centro é o Patrimônio Cultural com todas as manifestações e expressões que os homens criam ao longo de sua trajetória histórica e que se acumulam com de outras gerações. “Cada geração as

⁹ Na sua estrutura organizacional o IPHAN, comporta 27 Superintendências Estaduais, responsáveis pela coordenação, planejamento, operacionalização e execução das ações do Instituto, em âmbito estadual e, supervisão técnica e administrativa dos 31 Escritórios Técnicos. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/708/>. Acesso em 16 de outubro de 2015.

recebe, usufrui delas e as modifica de acordo com sua própria história e necessidades. Cada geração dá sua contribuição preservando ou esquecendo essa herança” (GRUNBERG, 2007, p. 5).

Por outro lado, discussões e análises, contribuem para o avanço teórico e epistemológico da Educação Patrimonial, quando questionam algumas afirmações e postulados do Guia e Manual, principalmente os que afirmam que os mesmos eram voltados para roteiro de atividades a serem desenvolvidas não apresentando possibilidades de discussão sobre o patrimônio e a educação. Também se questiona que se forjou um termo, quando na realidade já se realizava atividades voltadas no processo de relação entre patrimônio e sua preservação com a construção de uma identidade nacional e regional por meio da educação.

Segundo Scifione (2012), a Educação Patrimonial, surgiu como um desdobramento no âmbito das práticas educativas que já se realizavam nos museus antes do Seminário de Petrópolis, desde o final do século XIX. Por sua vez Chagas (2006), destaca que estabelecer uma data, uma cidade, um museu e uma,

[...] paternidade ou maternidade, não tem respaldo no cotidiano dos praticantes da assim chamada “educação patrimonial. O seu vínculo de fundo e o seu diferencial estão situados na confluência entre a educação, a memória, a cultura, o patrimônio e a preservação. De outro modo, a expressão em análise constitui um campo e uma prática de educação socialmente adjetivada e não está especialmente vinculada a nenhuma metodologia, a nenhum autor, a nenhum lugar, a nenhuma data em particular (p. 5).

Deve-se abolir toda e qualquer imaturidade em relação ao patrimônio, museu e a educação, e desenvolver uma análise crítica, que visa criar uma investigação para entender a quem interessa, e em que medida, os estudos relativos a memória, ao patrimônio, a educação e o museu. O sentido de pertencimento quando se trabalha questões patrimoniais deve avançar além da simples patrimonialização, o que significa simplesmente a institucionalização dos mecanismos muitas vezes jurídicos de proteção e salvaguarda do Patrimônio Cultural tangível e intangível.

Um desafio a ser superado é trabalhar além da poética do patrimônio, para longe de suas articulações políticas e científicas. Tanto o museu como o patrimônio são dispositivos narrativos que contam histórias e fazem a mediação entre diferentes

épocas, grupos, pessoas. São pontes, janelas ou portas que servem para a narração e comunicação, servindo, portanto, para nos humanizar (CHAGAS, 2006).

No momento em que se afirma que não se pode praticar a educação fora do campo do patrimônio (dependendo do entendimento de patrimônio), a expressão Educação Patrimonial é redundante, mas se a mesma é utilizada, deve-se buscar constantemente compreender seus usos e significados, bem como buscar relacioná-la com os processos de tombamento e manutenção do bem. Assim, uma das questões de pesquisa se torna clara neste momento, se o prédio já está tombado e isso ocorreu sem a presença da comunidade, deve-se preservá-lo utilizando os mecanismos ou estratégias da Educação Patrimonial.

Se o conceito de patrimônio cultural adotado neste artigo aponta a questões de valores, a Educação Patrimonial é uma ação educativa que deve instigar e envolver a comunidade, em duplo aspecto, seja ela colaborando com a disseminação da importância cultural ou seja ela usufruindo dessa mesma importância, ressaltando os valores afetivos e cognitivos.

2.2 Princípios e Diretrizes Conceituais da Educação Patrimonial a partir da Política Nacional

2.2.1. CONCEITUAÇÃO E MARCOS LEGAIS

A disseminação do conhecimento específico sobre a proteção daquilo que se elege como importante para as referências culturais deve evoluir constantemente daquilo que era chamado de Educação Patrimonial Tradicional – a memória e a identidade construída a partir dos bens da elite e estatais para Educação Patrimonial Emancipadora – para memória e o alargamento das diferenças sociais, culturais e afetivas, nos diferentes contextos e períodos históricos. A linearidade e o historicismo devem ser combatidos para avançarmos na explicação e compreensão da conexão dos acontecimentos e mostrar por meio da constituição e permanência dos bens culturais como as coisas são e como podemos entender a prática das ações do homem, como prática transformadora das relações sociais vigentes (NOBRE, 2011).

Com a evolução do termo e ampliação das concepções de Patrimônio e Cultura, em 2004, foi criada a Gerência de Educação Patrimonial e Projetos – GEDUC. É a primeira instância da área central do IPHAN voltada exclusivamente para a Educação Patrimonial. A referida gerência por muito tempo ficou limitada de recursos humanos e sempre carente de sustentação dentro do Instituto, mas mesmo assim teve como mérito iniciar as discussões acerca de uma Política Nacional de Educação Patrimonial. Em 2009, em uma nova reestruturação do IPHAN a GEDUC foi transformada em CEDUC – Coordenação de Educação Patrimonial, ligada ao Departamento de Articulação e Fomento – DAF.

As ações educacionais voltadas a preservação do patrimônio multiplicaram-se nos últimos anos. Após a consolidação do termo Educação Patrimonial (implantado no Brasil em 1983), muitas ações, projetos, práticas e objetivos pedagógicos foram realizados¹⁰. Entretanto, sempre faltava uma orientação programática clara e definida em instâncias superiores, assim aconteciam ações pontuais de promoção, propostas educativas, projetos e encontros, cartilhas e/ou materiais de apoio, cadernos temáticos ou então publicações oriundas de realizações de oficinas que se misturavam às práticas significativas onde essas produções não podem se constituir em um fim em si mesmo, mas devem compor partes dos processos educativos.

Após várias discussões entre a academia e a CEDUC, aprofundamentos teóricos e análise de práticas já desenvolvidas, hoje se defende que a Educação Patrimonial

Constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras de referências culturais onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (FLORÊNCIO, 2014, p. 19).

¹⁰ Destaque para o único curso de Especialização em Educação Patrimonial no Paraná, ofertado pelo Departamento de Método e Técnicas da UEPG.

Identifica-se atualmente nas escolas e nas práticas educativas voltadas ao patrimônio cultural uma dilatação dos espaços patrimoniais. Não só museus ou edificações isoladas são estudadas, mas o espaço como um todo, a cidade como um organismo e documento vivo, que pode ser lida, conhecida, referenciada, interpretada de acordo com diferentes estratégias educacionais. Aqui novamente destaca-se o papel do idoso como um interlocutor entre passado e presente no sentido de narrar histórias que ajudem a compreensão dos espaços como pertencimento e construção da identidade.

A política de educação patrimonial do IPHAN está estruturada em três eixos de atuação a saber:

A) Inserção do Tema Patrimônio Cultural na Educação Formal

A reflexão sobre a preservação patrimonial deve ser levada ao Ensino Formal. Duas estratégias foram implementadas pelo IPHAN em parceria com o Ministério da Educação: **Programa de Extensão Universitária – ProExt**¹¹, uma tentativa de articulação e aproximação com o Ensino Superior, com o objetivo de apoiar as Universidades Públicas no fomento de programas ou projetos extensionistas versando sobre a inclusão social e criação de políticas públicas voltadas a este fim, de forma a contribuir com a construção e/ou manutenção da cidadania, por meio das experiências e saberes comunitários, na região de influência da Instituição de Ensino Superior.

Na educação básica, foi criado o **Programa Mais Educação**¹², com o objetivo de ampliar a jornada escolar reorganizando o currículo, (Educação Integral). O compartilhamento de entre os profissionais da educação e famílias busca a construção de políticas para a diminuição das desigualdades sociais e educacionais. A parceria entre IPHAN e MEC iniciou em 2011, quando foram propostas atividades

¹¹ Programa de Extensão Universitária – ProExt, criado pelo Decreto nº 6.495 de 30 de junho de 2008. Coordenado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – SESU/MEC.

¹² O Programa Mais Educação é operacionalizado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. As atividades fomentadas são organizadas em macrocampos que envolvem temas associados às políticas federais desenvolvidas pelos ministérios parceiros, como: da Cultura, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Ciência e Tecnologia, do Esporte, do Meio Ambiente e a Controladoria Geral da União. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/585/>. Acesso em 20 de janeiro de 2016.

específicas de educação patrimonial, levando em consideração a ampliação e diversidade dos espaços educativos. Assim, foram mapeadas as referências culturais por meio de um inventário pedagógico da localidade.

A escola junto com seus agentes pode transformar o espaço numa referência e propor diferentes reflexões sobre o que um determinado patrimônio representa, representou ou poderá vir a representar. A ocupação do espaço depende das estratégias desenvolvidas pelos professores para que o mesmo seja um encontro e um desencontro, carregado de temporalidades e narrativas, como afirmava Benjamin “saber orientar-se numa cidade, não significa muito. No entanto perder-se numa cidade como alguém se perde numa floresta, requer instrução” (1987, p.73).

B) Gestão Compartilhada das Ações Educativas

A gestão compartilhada tem por objetivo fomentar a **Rede das Casas de Patrimônio**, privilegiando ações descentralizadas das políticas públicas e buscando uma construção coletiva da noção de Patrimônio e sua apropriação.

As Casas do Patrimônio constituem-se em um Projeto Pedagógico e de Educação Patrimonial. O fundamento da criação das casas pautou-se em ampliar as relações do IPHAN com a sociedade e os poderes públicos estaduais e municipais. Uma vez que o Instituto tem 27 superintendências, as mesmas contribuem na instalação das casas e fazem os primeiros contatos para a construção coletiva de uma nova postura institucional. Atualmente essas casas são instaladas nos municípios que possuem bem tombado em nível federal, porém nada impede que outros solicitem essa parceria, e também trabalhem esse propósito. A partir do momento em que ocorre a instalação e as parcerias são firmadas (universidades, institutos superiores, ongs, secretarias municipais), o IPHAN passa somente a ser um parceiro, uma vez que este projeto prevê uma independência em relação aos órgãos públicos. Porém, elas devem atuar em consonância com outras políticas públicas, principalmente as promovidas pelo Ministério da Educação, Cultura, Cidades, Justiça, Turismo e Meio-Ambiente.

Não se trata de uma estrutura física, (pode até ser num salão comunitário ou num bem tombado, pois ela se constitui em espaços de diálogos sobre Patrimônio Cultural a partir da Educação Patrimonial. Não existem programas de atividades ou de estrutura padronizado, pois cada casa deverá adaptar seus diálogos, projetos e propostas de acordo com suas especificidades, necessidades e também de equipamentos.

Na realidade a implantação dessas casas é uma tentativa do IPHAN se aproximar das comunidades detentoras de bens tombados, até porque sempre foram relações tensas. Isso pode ser apontado também em nível de legislação estadual e municipal. Os técnicos definem o que é importante ser preservado, fazem os estudos arquitetônicos e históricos necessários, mandam para aprovação ou não de um Conselho, que via de regra deveria ser representativo da comunidade (mas sabe-se que nem sempre isso ocorre), procedem o tombamento e determinam as regras de utilização sem que a população tenha ao menos conhecido o processo.

C) Instituição de Marcos Programáticos no Campo da Educação Patrimonial

Caracteriza-se na normatização e garantia de se cumprir as diretrizes básicas da Política Nacional de Educação Patrimonial. Elas estão registradas nos seguintes documentos: Carta de Nova Olinda (2009), I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural (2009) e Documento do II Encontro Nacional de Educação Patrimonial (2011)¹³.

3. PRINCÍPIOS TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A configuração do campo teórico e epistemológico da Educação Patrimonial, está voltada a influência de diversos estudiosos na área, pois o crescente interesse pela problemática patrimonial, desde a década de 1990, fez com que inúmeros trabalhos fossem realizados aliando a teoria com a prática por meio da educação patrimonial. Assim, a memória coletiva, a narração, a memória social, a lembrança, a

¹³ Esses documentos podem ser acessados em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>>.

cidade, o direito a memória, a história cotidiana, a história vivida, a velhice, a patrimonialização e as narrativas intergeracionais são temas de inúmeras dissertações e teses no Brasil, mas o que chama a atenção são que poucas estão vinculadas à área do conhecimento da educação. Afirma Chagas (2004), que o interesse está concentrado no imaginário, na memória social e no debate que se organiza em torno do denominado patrimônio cultural, e, muitas vezes este interesse se caracteriza como político no sentido do que preservar e como preservar. Chagas afirma ainda que:

Nos últimos anos a expressão educação patrimonial consagrou-se. E consagrou-se não como metodologia, mas como campo de trabalho, de reflexão e de ação. Para além da educação patrimonial, interessa pensar a educação como alguma coisa que não se faz sem se ter em conta um determinado patrimônio cultural e determinados aspectos da memória social; para além da educação patrimonial interessa compreender a educação como prática social aberta à criação e ao novo, à eclosão de valores que podem nos habilitar para a alegria e a emoção de lidar com as diferenças (2004, s.p.).

Ainda é difícil uma definição do que seja Educação Patrimonial (o campo teórico é muito recente), uma vez que no processo ensino-aprendizagem ela se situa nos intervalos das disciplinas, não se configurando em uma ação efetiva e contínua nos currículos.

A Educação Patrimonial não deve ser utilizada somente depois que um bem é reconhecido como patrimônio, mas deve fazer parte de todo o processo de reconhecimento, inventariação e preservação por meio do instituto do tombamento. Quando este bem já está tombado ou então referenciado por registro ou chancela, as ações educativas têm que se pautar em favorecer que a comunidade se aproprie do que foi definido para ela como importante e passe a achar importante também.

O interesse da preservação de determinado edifício ou manifestação cultural apresenta diferenças para os diversos campos. No campo econômico, em função da especulação imobiliária ou de mobilidade urbana, um prédio antigo é muitas vezes um transtorno, porém para a questão artística ele é um referencial de técnicas construtivas, mão de obra especializada, etc. O patrimônio sempre é o mesmo, o que muda são as diferentes formas de vê-lo, bem como protegê-lo, e essas formas devem ser pautadas na educação voltada a prática da preservação.

Afirma-se que toda a prática educativa tem que ser desenvolvida associada a cultura e patrimônio, então a expressão Educação Patrimonial segundo Chagas é um “pleonasma e caiu no gosto popular” (2006), porém de maneira simplificada e sem capacidade de crítica.

]Cada vez mais se amplia o campo e práticas múltiplas em relação a temática, mas é importante identificar que ainda existe uma carência de reflexão crítica e teórica. De acordo com Scifoni (2012), as limitações de recursos humanos e materiais para os projetos acaba prejudicando o avanço, uma vez que grande parte das publicações sobre o tema, caminha referenciando a mesma conceituação contida no Guia Básico de Educação Patrimonial de 1990. Este guia teve sua importância como um marco de afirmação da área da educação dentro dos mecanismos legais de patrimônio. Contudo, existe a necessidade de avançar em relação àquelas proposições. É neste sentido que a autora também questiona sobre os caminhos na reflexão sobre o tema. Estas reflexões devem se pautar em: O que preservar. Por que preservar. E para quem preservar. O sentido amplo do termo preservação, deve envolver de tal maneira a sociedade, para que ela se aproprie da palavra pertencimento em seu aspecto afetivo e não veja só um monumento ou uma manifestação cultural como algo distante dela.

É necessário que a aproximação com teóricos acerca da questão patrimonial se torne profícua, e os diálogos de áreas diferentes se aproximem e, como o encontro entre Henri-Pierre Jeudy e Lev Semenovich Vygotsky,

[...] um dos pontos importantes no encontro entre Jeudy e Vygotsky surge, também, no que diz respeito à importância da linguagem. Em Vygotsky (2005) a linguagem media os significados dos conceitos, que são atribuídos pela interação dos sujeitos com o contexto social. A linguagem não é um conceito abordado por Jeudy (1990), no entanto, a relevância das memórias na constituição do patrimônio e a própria relação entre patrimônio e memórias traz a tona a presença fundamental da linguagem, pois é pelos relatos e documentos que se desencadeiam as memórias e, conseqüentemente, os possíveis patrimônios. A memória traz a linguagem oral como um elemento fundamental, que se torna mais importantes do que os lugares e objetos. (VIANA, 2009, p. 42).

A partir das novas abordagens do patrimônio, necessário se faz seguir as orientações de Freire (2011, p.14), no que se refere a necessidade do professor ser pesquisador, buscando sempre na sua prática docente a indagação e as respostas

na pesquisa. “Há o dever de respeitar os saberes dos educandos e das classes populares. É preciso discutir com os alunos a realidade concreta, a violência, a convivência com as pessoas e as implicações políticas e ideológicas”. No Quadro 2, pode ser observado as diferentes fases teóricas da abrangência das conceituações e categorias do Patrimônio Cultural.

QUADRO 2: Patrimônio Cultural - Quadro Sinóptico

PARADIGMA	SÉCULO XX	SÉCULO XXI
1. Terminologia	Patrimônio Histórico e Artístico	Patrimônio Cultural
2. Objeto e instrumento de preservação	Bens materiais (imóveis) - Tombamento	Bens materiais e imateriais – Registro
3. Objetivo	Construção da Identidade Nacional	Promoção da Diversidade Cultural
4. Esfera de atuação	Poder Público (nível federal)	Poder Público (nível municipal), sociedade civil e setor privado.

Fonte: Pereira e Oriá, 2012.

A construção da prática pedagógica e métodos de ensino referente ao estudo dos patrimônios deve levar em consideração o respeito aos saberes dos educandos, o conhecimento da estética e da ética, o reconhecimento da assunção e da identidade cultural, a prática da alegria e a esperança, o exercício da curiosidade e o comprometimento em preservar o que é de todos (Freire, 1987). Em resumo, pode-se dizer que as estratégias de ensino são as ações do professor pelas quais se organizam as atividades de ensino e dos alunos para atingir objetivos do trabalho docente em relação a um conteúdo específico, levando em conta que a Educação Patrimonial não seja somente a reprodução das relações sociais de dominação, mas que contribua dentro de uma perspectiva libertadora e de emancipação.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há hipótese e nem se questiona se desfazer de tudo o que já foi preservado, mas enxergar esse patrimônio sob novas perspectivas críticas e problematizadora. Enxergar este patrimônio a partir do olhar de quem em algum momento viveu e conviveu com ele. Os bens tombados nas cidades geralmente são

ligados à um determinado grupo social, que não tem a preocupação ou intenção de deixar que as entrelinhas sejam lidas, mas como afirma Benjamin (2010, p. 225)

Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão de cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo.

Escovar a história a contrapelo – expressão de um formidável alcance historiográfico e político – significa a recusa em juntar, de uma maneira ou de outra, ao cortejo triunfal que continua, ainda hoje, a marchar sobre aqueles que jazem por terra (Löwy, 2005). Essa expressão pode sugerir para a educação patrimonial superar a mera visão celebrativa e não crítica dos patrimônios. Ou seja, ir além do conteúdo técnico, da arquitetura, da composição de engenharia, das pinturas parietais ou então dos adornos, mas valorizando o sujeito como produtor de cultura.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas: **Magia e Técnica, Arte e Política**: Ensaios sobre Literatura e História da Cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet; Prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Obras escolhidas II: Rua de Mão Única**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Difícil Espelho**: Limites e Possibilidades de uma Experiência de Cultura e Educação. Rio de Janeiro: IPHAN/DEPRON, 1996.

BRASIL, Decreto-lei n.º 25/37.

CANCLINI, Néstor Garcia. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23, p.95-115, 1994.

CHAGAS, Mario. **Imaginação Museal**: Museu, Memória e Poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. 2003. 307 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://issuu.com/romulofreitasgonzales/docs/imagina___o_museal__museu__mem__r>.

_____. **Há uma Gota de Sangue em Cada Museu: A Ótica Museológica de Mário de Andrade.** Chapecó: Argos, 2006.

DELGADO, Andréa Ferreira. Configurações do Campo do Patrimônio no Brasil. In: BARRETO, E. A. (Org) **Patrimônio Cultural e Educação: Artigos e Resultados.** Goiânia: UFG, 2008, p. 97-115.

FENELON, Déa Ribeiro. Políticas culturais e patrimônio histórico. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania,** São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, p.29-33, 1992.

FLORENCIO Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana e RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial: Histórico, Conceitos e Processos.** 2.ed. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, IPHAN, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: Os Discursos do Patrimônio Cultural no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996, p. 156.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial.** Brasília, DF: IPHAN, 2007.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina e MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

LOWY, Michael. **Walter Benjamin: Aviso de Incêndio: Uma Leitura das Teses "Sobre o Conceito de História".** Trad de Wanda Nogueira Caldeira Brant, [tradução das teses] Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

MENESES, U. T. B. **O Patrimônio Cultural: Entre o Público e o Privado. O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania.** São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

NOBRE, Marcos. **A Teoria Crítica.** 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

RODRIGUES, Marly. De Quem é o Patrimônio? Um Olhar sobre a Prática Preservacionista em São Paulo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,** n. 24, p.195-203, 1996.